

Bruxelas, 6 de Outubro de 2006

A Comissão apoia o processo de estabilização de Timor-Leste

A Comissão Europeia está a lançar uma série de medidas de estabilização urgentes para Timor-Leste. Na sequência da recente visita do Enviado Especial do Presidente José Manuel Durão Barroso, a Comissão Europeia intensificará a cooperação com Timor-Leste e está a apreciar a possibilidade de abrir uma Delegação em Díli. A Comissão adoptou, em 31 de Agosto, um programa de estabilização de curto prazo no montante de 4 milhões de euros ao abrigo do Mecanismo de Reacção Rápida, para apoiar o diálogo em Timor-Leste e para criar a curto prazo oportunidades de emprego para os jovens. A primeira medida consiste numa missão de mediação externa de alto nível assegurada por Valdis Birkavs, antigo Primeiro-Ministro da Letónia e membro do Clube de Madrid, destinada a lançar o processo de diálogo nacional em Timor-Leste; esta primeira missão em Díli termina esta semana.

“Timor-Leste pode contar com a União Europeia. Continuamos plenamente empenhados em contribuir para assegurar ao país um futuro estável, em apoio ao povo timorense. Prosseguiremos nesta via”, declarou o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, lembrando o importante papel desempenhado pela Comissão desde 1999, ano em que começou o processo de independência.

A Comissão respondeu à crise que abalou a jovem democracia timorense no início deste ano com uma mensagem política firme de apoio e mediante a rápida mobilização de um certo número de instrumento da Comissão.

Em Junho, a Comissão adoptou um pacote de assistência humanitária imediata de 3 milhões de euros para ajudar a população timorense deslocada e aprovou um pacote de assistência ao desenvolvimento no valor de 18 milhões de euros para 2006-2007 no âmbito do 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento. Um montante suplementar de 63 milhões de euros no âmbito do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento está actualmente a ser programado para o período 2008-2013. Desde a independência, a assistência financeira da Comunidade Europeia a Timor-Leste ascendeu a mais de 200 milhões de euros, incluindo ajuda de emergência e humanitária, segurança alimentar, ambiente e desenvolvimento rural, saúde e governação e sociedade civil.

Em 3 de Julho de 2006, o Presidente Durão Barroso, em estreito contacto com os Comissários das Relações Externas, Benita Ferrero Waldner, e do Desenvolvimento e Ajuda Humanitária, Louis Michel, nomeou Miguel Amado, um funcionário superior da Comissão, como seu Enviado Especial para Timor-Leste. De regresso, em 30 de Julho, da sua missão de três semanas em Timor-Leste, Miguel Amado recomendou a adopção de medidas de estabilização urgentes ao abrigo do Mecanismo comunitário de Reacção Rápida, a passagem a delegação do gabinete em Díli e um programa reforçado de assistência ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

A Comissão activou assim o seu apoio a Timor-Leste ao abrigo do Mecanismo de Reacção Rápida (MRR). O programa de 4 milhões de euros abrange certas actividades destinadas a apoiar a realização de um debate nacional aberto e abrangente e a reduzir potenciais factores de instabilidade, dois elementos essenciais para criar um clima político positivo na preparação das eleições de 2007.

O programa prevê o apoio ao diálogo de duas formas.

Em primeiro lugar, uma facilitação independente de alto nível do diálogo assegurada por membros do Clube de Madrid

(<http://www.clubmadrid.org/cmadrid/index.php?id=1>),

uma organização independente dedicada ao reforço da democracia a nível mundial, aproveitando a experiência única dos seus membros, antigos chefes de Estado e de governo democráticos. A Comissão apoia esta missão de facilitação.

Em segundo lugar, será concedida assistência técnica ao processo de diálogo nacional, incluindo apoio temático e uma série de consultas públicas, actividades de informação e educação cívica.

O programa MRR procura igualmente ajudar a criar a curto prazo oportunidades de emprego para jovens desempregados. Através de um aumento do rendimento das famílias, este apoio contribuirá também para fazer reviver a economia local e facilitar o regresso das pessoas deslocadas.

Timor-Leste acedeu formalmente à independência em 2002. A presença internacional e das Nações Unidas diminuiu gradualmente, mas a ajuda internacional intensiva prosseguiu, incluindo mais de 500 milhões de euros da UE e dos seus Estados-Membros. Apesar de uma série de realizações e de perspectivas de curto prazo de um aumento considerável dos rendimentos do petróleo, o país continua confrontado com enormes desafios em termos de reforço da capacidade institucional, boa governação, desenvolvimento sustentável e redução da pobreza.

A crise mais recente foi desencadeada pelo despedimento, em Março de 2006, de um terço das Forças Armadas que tinham participado em manifestações contra alegadas discriminações. A segurança em Díli só pôde ser restabelecida graças à chegada, em Maio de 2006, de uma força de cerca de 2 500 homens provenientes da Austrália, Portugal, Nova Zelândia e Malásia. Em 25 de Agosto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu uma nova Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste, a UNMIT, que inclui polícia internacional e uma presença militar.